

# MULHERES RUMO AO III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

## SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA

### Mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia

Iniciamos o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em 2014 comemorando a presença em Juazeiro (BA) de tantas mulheres que constroem a agroecologia pelo Brasil afora. A exemplo do que já havíamos feito no II ENA, decidimos que a metade dos participantes deveriam ser mulheres. Assim quebramos a cabeça todos juntos para resolver os problemas que impedem as mulheres que estão nas bases dos movimentos de participarem dos momentos de intercâmbio e decisão que acontecem longe de suas casas. Quem vai cuidar dos filhos e fazer a casa funcionar? Quem vai tirar leite da vaca? Será que eu sei contar bem contado a experiência do meu grupo? Assim acontece com todas nós que vivemos em uma sociedade patriarcal: as vontades e experiências das mulheres ainda são consideradas menos importantes.

Para mudar este jogo nos organizamos como mulheres em grupos próprios, em secretarias ou comissões de mulheres nos sindicatos ou associações e também no Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA). No GT participam agricultoras de movimentos nacionais, de grupos locais, técnicas e administrativas das ONG's, e todas aquelas que constroem a agroecologia e ao mesmo tempo enfrentam as desigualdades entre mulheres e homens.

O GT nasceu em 2004, dois anos após o I ENA que aconteceu no Rio de Janeiro em 2002 e já para o II ENA em Recife em 2006 resgatamos as experiências realizadas pelas mulheres e debatemos nossas propostas para o conjunto dos temas lá discutidos em um seminário nacional e um encontro de mulheres prévios. Desde então seguimos sistematizando as experiências das mulheres e mostramos que existem sim, muitas agricultoras com práticas agroecológicas querendo ampliá-las; e os desafios que elas encontram: o marido achar que é tudo mato e tem que cortar, a monocultura e o veneno chegando perto, o gerente do banco que não acredita no seu projeto, e por aí vai.

Também apostamos na formação política em Feminismo e Agroecologia e incidimos na formulação de políticas. Comemoramos que as ações de ATER agroecologia tenham como público 50% de mulheres e realizem 30% de atividades com mulheres. Isto é também um desafio: queremos uma ATER agroecologia de qualidade, que fortaleça as mulheres e suas iniciativas e que também dialogue com muitas mulheres.

Para avançar na resposta aos desafios queremos seguir desdobrando a análise feminista na nossa prática cotidiana. Trabalho não falta, coragem também não! Então junte-se a nós!



Com os objetivos de fortalecer a participação das mulheres e inserir o debate feminista no III ENA, apresentamos nesse folheto algumas reflexões do GT Mulheres sobre os temas que serão discutidos nos 14 Seminários Temáticos.

### **Sementes e Transgênicos**

A relação das mulheres com as sementes é algo histórico, desde os primórdios da agricultura, no ato da seleção, domesticação e cultivo. Mesmo com o processo da homogeneização e padronização do processo produtivo pela agricultura industrial, e no período mais recente a biotecnologia, as mulheres camponesas vem contribuindo na preservação das variedades de sementes, no incentivo a guarda e troca de sementes.

Este processo nos territórios é notório ao observarmos o ambiente trabalhado pelas mulheres, onde encontramos diversidade de plantas resultado de sementes e mudas coletadas por elas em diversos lugares. Esse trabalho muitas vezes não se dá sem conflitos na família no que se refere à escolha da variedade que vai ser guardada, pois na maioria dos casos as mulheres buscam a qualidade das sementes para garantir maior diversidade, melhor alimentação e fácil preparo, sem buscar a questão da maior produtividade. O olhar das mulheres sobre as sementes está muito vinculado à soberania alimentar.

É importante destacar os graves impactos dos transgênicos na biodiversidade, na alteração do modo de produção agrícola, para a soberania alimentar ao gerar mudanças na base genética e reduzir a diversidade nutricional. Neste sentido, os transgênicos têm impactado diretamente os territórios das mulheres.

Precisamos na luta pela agroecologia no enfrentamento ao modelo, fazer da luta contra os transgênicos uma pauta prioritária, visto as derrotas que tivemos na liberação de variedades de soja, milho, algodão...; A EMBRAPA teve responsabilidade na liberação do feijão transgênico e tem implementado um projeto de biofortificação de sementes sem o necessário debate com a sociedade e análise sobre os impactos na saúde e na soberania alimentar. Por isto devemos exercer pressão política para que sua pesquisa seja voltada para a produção agroecológica e que exerça uma contribuição massiva na transição para a agroecologia

### **Sociobiodiversidade**

As mulheres do campo, da floresta e das águas vêm resistindo à destruição da sociobiodiversidade pela ação do agronegócio e corporações transnacionais. São milhares de camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras que sobrevivem do uso sustentável da biodiversidade com práticas que expressam o saber acumulado sobre os ecossistemas, o patrimônio genético, as formas sustentáveis de produção e conservação das sementes, alimentos, plantas medicinais e domesticação das espécies. Sobrevivem em situações de conflito em seus territórios e resistem na luta pelo livre acesso à sociobiodiversidade.

As quebradeiras de coco babaçu são um exemplo de resistência, dentre tantos outros, por manterem viva a resistência e luta pelo livre acesso e proteção dos babaçuais. As práticas desenvolvidas nos quintais expressam os saberes agroecológicos que se ampliam no exercício dos intercâmbios de experiências e desafiam ao aprofundamento da relação cultura x nutrição e à construção de estratégias e políticas públicas que assegurem as condições para o processamento artesanal e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Para as mulheres, a natureza, a sociobiodiversidade e o conhecimento são patrimônios dos povos para o bem de toda a humanidade e devem ser defendidos da ação destrutiva do agronegócio e grandes corporações que se apropriam e mercantilizam os recursos naturais. Fortalecer as práticas agroecológicas, defender estratégias e propostas de regulação e políticas públicas que preservem e garantam a convivência com a sociobiodiversidade são questões fundamentais na plataforma política das mulheres.



## Construção do conhecimento agroecológico: ATER, pesquisa e ensino

As mulheres demonstram, através dos seus cultivos e da produção de alimentos, o seu papel importantíssimo na construção do conhecimento agroecológico. Nos quintais das mulheres muitas sementes foram testadas, muitas espécies domesticadas e diversos tipos de manejo foram experimentados antes de serem produzidos em maior escala nas propriedades. E muitas experiências são trocadas entre as mulheres nas comunidades, nos movimentos, grupos de mulheres, intercâmbios e eventos de formação tornando essa construção compartilhada. O saber popular das mulheres tem contribuído muito para a ampliação das experiências agroecológicas no Brasil e por isso tem que ser valorizado tanto quanto o saber dos homens. Mas nós mulheres sabemos que a nossa produção não se restringe aos quintais.

Nas experiências agroecológicas, que cada vez mais se multiplicam por todas as partes do planeta, o trabalho das mulheres é fundamental e indispensável na consolidação da Agroecologia como modelo de agricultura sustentável em toda a propriedade. Por isso, as mulheres precisam de uma assistência técnica e extensão rural (ATER) que considere as suas demandas e que seja adaptada às suas dinâmicas de trabalho. Necessitamos de técnicos e técnicas capacitados para que percebam as nossas necessidades específicas e não reforcem a costumeira invisibilidade a que são relegadas as práticas das mulheres rurais, incluindo aí a produção para o autoconsumo que na maioria das vezes nem é objeto de assistência técnica.

As agricultoras que começaram a monitorar essa produção, através das cadernetas agroecológicas ou outros instrumentos, já percebem que a produção para o autoconsumo é muito mais importante do que sempre se pensou e que na maioria dos casos é o que sustenta a agricultura familiar e camponesa na atividade agrícola, evitando que se use o dinheiro obtido na comercialização dos produtos para comprar os alimentos necessários para a sobrevivência das famílias.

Conseguimos garantir o atendimento obrigatório de 50 por cento de mulheres no público das chamadas de ATER Agroecologia e 30 por cento de atividades exclusivas com mulheres. Isso foi uma conquista das mulheres através de muita luta e mobilização, mas precisamos garantir esse atendimento das mulheres em todos os editais de ATER pública.

Apesar da importância da produção das mulheres, na geração de renda e na consolidação das experiências agroecológicas, pouco se investe na sua melhoria seja através da ATER ou através de pesquisas voltadas para essa produção. Aliás, quando pensamos na pesquisa em Agroecologia realizada no Brasil, as mulheres aí também estão invisíveis, seja pela pouca investigação que se faz sobre suas práticas, seja na falta de entrevistas e escuta de suas opiniões sobre a produção agroecológica. É necessário que a pesquisa agroecológica reconheça as mulheres como sujeitas desse processo de construção do conhecimento e para isso é preciso mudar a forma da ciência considerar o saber das mulheres da Agroecologia.

Precisamos de núcleos nas universidades e nas empresas de pesquisa pública para incentivo a esse tipo de pesquisa, precisamos de financiamento específico e precisamos de espaço para apresentação das pesquisas que existem nos congressos científicos relacionados à Agroecologia e ao Desenvolvimento Sustentável.

Acreditamos que a mudança começa na formação política das mulheres rurais, introduzindo o diálogo entre o feminismo e Agroecologia nos espaços de formação já existentes, na formação dos técnicos e técnicas que já desenvolvem as atividades de ATER na Agroecologia, e na formação dos futuros técnicos nas universidades e escolas técnicas. Temos que quebrar as barreiras do preconceito e trazer o feminismo para a academia e para as organizações mistas, trazendo com isso uma maior visibilidade e importância para o papel das mulheres na Agroecologia. ☒



## **Construção do Conhecimento e Educação do Campo**

O conhecimento se constrói tendo agricultoras e agricultores como protagonistas. Este processo começa com as crianças que são criadoras e não simples reprodutoras da cultura. A socialização em espaços coletivos fortalece as crianças e sua vontade de viver bem no campo. No entanto a oferta de vagas em creches e educação infantil é muito menor para as crianças que vivem na área rural e quando existem estão em escolas situadas em áreas urbanas. Por isto, as mulheres demandam a criação, manutenção e reabertura de escolas de educação infantil (creches) e ensino fundamental no meio rural, tendo como princípio a educação do campo, com oferta de período integral; e ações de educação infantil nas Escolas Família Agrícola e Casa Familiar Rural.

As mulheres que vivem na área rural aumentaram e muito sua escolaridade no último período, mas em 2006 aquelas que tinham mais de 9 anos de estudo eram 12%, enquanto que 36% dos homens tinham esta escolaridade. Quando nos detemos sobre o ensino médio em técnico agrícola percebemos um menor número de mulheres.

Portanto, as mulheres rurais ainda têm um problema de acesso à educação, ao que se soma sua exclusão de qualificações consideradas masculinas.

Junto com a necessidade de ampliar o acesso debatemos a qualidade do ensino no meio rural: desde a melhoria da infra-estrutura (com bibliotecas, espaços adequados), a qualificação das professoras e a valorização do rural e sua cultura como um espaço de viver bem. O feminismo aporta tanto no conteúdo com o enfrentamento do machismo e da violência quanto na metodologia, rompendo as separações entre razão e emoção e as hierarquias entre professor e aluno.

## **Reforma Agrária e Reconhecimento dos Territórios das Comunidades Tradicionais**

Temos visto o avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais, sobre todos os aspectos da agricultura e do sistema alimentar dos países e do mundo. A ofensiva do capital sobre os recursos naturais: expulsar camponeses, camponesas, comunidades indígenas, a expropriação terra, territórios, florestas, biodiversidade, água e minérios; a exploração e superexploração trabalho, e todas as violências, em especial a violência contra a mulher; colocam para a necessidade da luta pela reforma agrária e em defesa dos territórios das comunidades tradicionais como algo estratégico na construção da agroecologia.

Neste processo de enfrentamento a este modelo, que tem como pilar o patriarcado na sua base de sustentação, é fundamental reconhecer e potencializar a luta das mulheres pelo direito à terra por meio da Reforma Agrária e pelos direitos territoriais dos povos indígenas e populações quilombolas. A luta deve resultar em conquistas de políticas públicas que garantam a titulação conjunta da terra e a revisão dos títulos anteriores à obrigatoriedade de titulação conjunta. No caso de títulos coletivos as mulheres devem constar como associadas. Para que vivamos bem na terra conquistada também lutamos pela autonomia econômica, pelo fim da violência contra as mulheres e por condições efetivas para a participação das mulheres no processo político, econômico e social. Isto inclui o direito ao trabalho em condições dignas, e a socialização do trabalho reprodutivo; a garantia da comercialização e consumo de produtos de forma solidária e sustentável por meio do fortalecimento dos mercados locais.

## **Financiamento e Agroecologia**

Para as mulheres, a questão do financiamento pouco avançou, quando se trata de políticas públicas, sejam de crédito ou fomento. Muitos são os entraves de ordem institucional e legal, principalmente para o acesso ao crédito. Na base de todos os entraves está a cultura patriarcal e machista que insiste em negar a capacidade produtiva e a autonomia das mulheres. Há muitos anos o acesso ao crédito é tema das pautas de reivindicação traduzido na forma de um crédito específico para as mulheres, voltado para empreendimentos individuais e coletivos, com risco da União ou de forma desbancarizada.

Em relação ao Pronaf Mulher os entraves se multiplicam desde o processo de elaboração do projeto, que muitas vezes não reconhece a proposta produtiva das mulheres, até a negociação com os Bancos que impõem uma lógica que exclui o universo produtivo das mulheres.

O reconhecimento da produção para o autoconsumo como renda é essencial quando se trata do papel das mulheres na economia e deve ser traduzido em condições objetivas para o acesso aos recursos necessários à sua organização produtiva. A relação entre Ater e Crédito, Ater e Fomento deve assegurar o projeto das mulheres considerando sua realidade, potencial produtivo e condições para comercialização. O mapeamento das diversas experiências em fomento promovidas por várias organizações pode ser potencializado na perspectiva de se investir em políticas públicas de fomento para a produção agroecológica das mulheres.

Na realização da agroecologia é fundamental visibilizarmos e potencializarmos o trabalho das mulheres na construção de formas de viver e produzir que contribuam para a soberania alimentar, preservação da biodiversidade, resgate das sementes crioulas, práticas agroecológicas e culturais realizadas pelas mulheres das comunidades tradicionais com a preservação das espécies tradicionais de cada território.

## **Agroecologia, abastecimento e construção social dos mercados**

É necessário reconhecer e valorizar a contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar ao produzirem alimentos saudáveis e diversificados, conservarem a agrobiodiversidade e destinarem parte dessa produção para o consumo da família. O auto consumo se configura em uma das principais estratégias de garantia da soberania alimentar, assegurando melhoria na qualidade da alimentação, redução das despesas com alimentos com maior autonomia da família frente ao mercado. As práticas de auto consumo devem ser reconhecidas, valorizadas e fomentadas pelas políticas públicas.

O debate sobre abastecimento precisa também analisar criticamente os efeitos perversos do controle monopólico exercido pelas grandes redes varejistas de supermercados. As mulheres chamam atenção para a importância de se estabelecer novas formas de se relacionar com o mercado com base em valores de cooperação, troca e solidariedade, valorizando a diversidade produtiva e de estratégias de comercialização. Nesse contexto, devem ser valorizadas e fomentadas as feiras agroecológicas, os pequenos e médios varejos, cooperativas e grupos de consumidores e consumidoras e o mercado institucional.

A inserção das mulheres nos espaços de comercialização ainda se configura em um grande desafio, pois esta atividade considerada produtiva e que gera renda ainda é tradicionalmente atribuída aos homens.

Muitas mulheres não contam ainda com assistência técnica, acesso ao crédito e apoio logístico. Também é fundamental que as mulheres tenham autonomia sobre a renda obtida e o a destinação desses recursos.

O PAA e o PNAE são grandes conquistas da sociedade e vêm abrindo caminhos e oportunidades para o acesso das mulheres ao mercado institucional, na medida em que: i) os alimentos são adquiridos diretamente da agricultura familiar; ii) os programas são flexíveis e permitem a compra de grande diversidade de alimentos e em menor escala; iii) valorizam e adquirem alimentos produzidos pelas mulheres, como hortaliças, frutas, bolos, geleias, pães e biscoitos. No caso específico da alimentação escolar, a criação de um mecanismo de compra de grupos informais é uma inovação e abre ainda mais possibilidades para a inserção das organizações de mulheres no mercado institucional.

Todavia, ainda faz-se necessário ampliar o acesso efetivo das mulheres a estes programas, visto que em muitos casos, ainda que os produtos das mulheres sejam comercializados, o projeto oficialmente fica oficialmente em nome do marido. É fundamental que estes programas reconheçam e valorizem o papel econômico e social desempenhado pelas mulheres e que as mesmas recebam diretamente o pagamento em sua conta.

## **Normas sanitárias: Pra quê e pra quem?**

A inadequação das atuais normas sanitárias ao modo de produção de base artesanal e familiar se constitui em uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais. É uma lógica perversa que empurra os alimentos para a industrialização e padronização, exclui aqueles que não tem condições de arcar com os enormes custos para atender a legislação, e impede que a população tenha acesso a alimentos diversificados e saudáveis, produzidos a partir de conhecimentos e práticas tradicionais.

Esse cenário contribui para que parte considerável da produção das mulheres, tais como ovos, galinha caipira, queijos, polpa de frutas, panifícios entre outros, não seja comercializada nos mercados formais, inclusive o PAA e o PNAE. É claro que a indústria de alimentos ganha muito com isso, uma vez que compram esses produtos das mulheres por preços baixíssimos, fazem o processamento/beneficiamento e os comercializam, ficando com praticamente todo o lucro.

A publicação, pela ANVISA, da Resolução 49/2013, após ampla consulta pública, é uma grande conquista, pois são específicas para a produção familiar e de empreendimentos solidários e se propõe a preservar a característica artesanal dos alimentos, além de reconhecer a cozinha doméstica como uma unidade de beneficiamento. Agora temos pela frente o desafio de garantir a sua efetiva implementação. Por outro lado, em relação aos produtos de origem animal e polpas de frutas, permanecem normas excludentes e inadequadas e a dificuldade de diálogo com o Ministério da Agricultura.

É urgente e necessário que se dêem passos largos e concretos para avançar nessa questão por meio da criação de legislação e sistema de inspeção sanitários específicos para a produção familiar e artesanal, fundamentados em conhecimentos, práticas, experiências e modos de vida dos agricultores e agricultoras, contemplando também a diversidade cultural e alimentar que caracteriza a produção desses alimentos.

### **Saúde e Agrotóxicos**

Os males que os agrotóxicos causam à saúde são inquestionáveis, sobretudo quando se fala da saúde das mulheres. Antes de abordarmos os inúmeros adoecimentos causados pelo uso dos agrotóxicos é preciso registrar o efeito devastador que os agrotóxicos promovem nos ecossistemas e à biodiversidade comprometendo de forma irreversível as práticas sustentáveis, agroecológicas e a vida. Apesar de todas as formas de resistência e manifestações, que incluem denúncias, resultados de pesquisas, campanhas, atos e ações promovidos por diversas organizações e especialmente pelos movimentos de mulheres, o Brasil permanece o principal país consumidor de agrotóxicos.

As investidas do agronegócio voltadas para a flexibilização e liberação dos agrotóxicos avançam a cada dia e se impõem contra as medidas institucionais

e de ordem legal. Enquanto isso a contaminação se alastra, chegando ao leite materno, desencadeando intoxicações crônicas que se manifestam no comprometimento do sistema imunológico, neurológico e hormonal e na forma de doenças como câncer, desequilíbrio da tireóide, surdez, diminuição da acuidade visual e tantas outras. Sobre as mulheres e meninas incide ainda o desequilíbrio hormonal, com desajustes no desenvolvimento fisiológico, má formação fetal e provocação de abortos.

A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida é uma iniciativa fundamental de denúncia, reivindicação e proposição e a expectativa é de que o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos em processo de elaboração no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica possa se efetivar e mudar essa realidade.

### **Plantas medicinais e agroecologia: cultivando saúde e disseminando saberes tradicionais**

As mulheres são guardiãs da biodiversidade e sempre estiveram à frente do cultivo de plantas medicinais e das práticas de medicina caseira. Observa-se que em muitos casos foi a preocupação das mulheres com a saúde e as práticas de cultivo e uso das plantas medicinais que abriram as portas para a transição agroecológica das unidades familiares.

O necessário diálogo entre a agroecologia e as plantas medicinais além de fortalecer a compreensão sobre a importância da agroecologia para a melhoria da saúde, precisa também tornar visível as situações de conflitos vivenciadas pelas mulheres nas unidades familiares acerca da decisão sobre o uso da terra e questionar as relações desiguais de poder entre homens e mulheres que ainda se fazem presentes na agroecologia.

São inúmeras as experiências agroecológicas de cultivo de plantas medicinais que se constituem em verdadeiras “farmácias vivas” e são estratégias de resistência ao agronegócio e ao lucrativo mercado farmacêutico. Ao mesmo tempo essas experiências vem contribuindo para a soberania alimentar, com a diversificação da produção, a conservação da agrobiodiversidade e a auto organização das mulheres.

Parte dos medicamentos hoje disponíveis no mercado farmacêutico foi desenvolvido, direta ou indiretamente, a partir de plantas medicinais. Isso explica, por exemplo, as pressões feitas pelas transnacionais e pelos grandes laboratórios no sentido de restringir e desqualificar o uso popular das plantas medicinais, implantando mecanismos de propriedade intelectual e registro de patentes e inibindo a valorização do uso popular das plantas medicinais e dos remédios caseiros por programas de políticas públicas.

É por isso que as mulheres defendem a elaboração e implementação de uma Política Nacional de Plantas Medicinais que respeite, valorize e resgate o conhecimento tradicional, incentive a prática da medicina caseira e garanta o livre acesso às plantas medicinais.



## Agricultura Urbana e Periurbana

A agricultura urbana e periurbana é um foco de resistência das mulheres na agricultura, mesmo quando elas estão nas cidades. A maioria das experiências de agricultura urbana no Brasil é protagonizada por mulheres. Muitas delas têm origem rural e tiveram suas famílias expulsas do campo pelo avanço do agronegócio em seus territórios de origem. Outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura pela preocupação com a saúde e com o alimento das famílias.

Os desafios da agroecologia nas zonas urbanas são ainda maiores do que da agroecologia nas áreas rurais. A maioria das experiências de agricultura urbana e periurbana não conseguem acessar as políticas voltadas para a agricultura familiar devido à dificuldade de enquadramento numa lei que restringe o conceito de agricultura familiar e à quase ausência de uma política voltada, de fato, para a agricultura urbana.

Outro desafio é garantir as áreas de cultivo frente à especulação imobiliária nas grandes cidades. Muitos terrenos e quintais estão desaparecendo e cada vez mais a agricultura urbana está sendo empurrada para locais mais distantes da cidade.

Não há a garantia dos quintais nas políticas de habitação nem há garantia de espaços comunitários para a prática da agroecologia nas cidades, o que torna a prática ainda mais restrita. É preciso que os governos reconheçam a importância do cultivo de alimentos nas cidades criando políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana contribuindo com a soberania alimentar das famílias que vivem nas cidades.

## Conflitos e injustiças ambientais

Em nossa sociedade os ricos querem ser sempre mais ricos: vão cercando as terras, expulsando as trabalhadoras e trabalhadores dos meios que garantem que possam produzir e sobreviver. Por causa da crise financeira que abalou o mundo a partir de 2008, isto vem aumentando: os ricos utilizam as terras, cobertas de pasto ou monocultura, e a prospecção (procura) de minérios como reserva de valor, isto é garantia da riqueza que têm. Os governos iniciam grandes projetos de hidrelétricas e estradas como uma tentativa de animar a economia e os chamam de desenvolvimento, progresso. Mas o impacto perverso na vida das comunidades nos faz perguntar: progresso para quem?

O corpo das mulheres é usado numa tentativa de amortecer, diminuir o impacto dos conflitos provocados por este “progresso”. Quando os trabalhadores se revoltaram contra as péssimas condições de trabalho na usina de Jirau, um deputado machista respondeu que o problema era a falta de prostíbulo. A prostituição é usada também por aqueles que contratam trabalhadores para colheita na monocultura para mantê-los em dívida e sob controle.

Quando essas empresas ou mega-projetos chegam isolando, expulsando e contaminando, tornando as pessoas máquinas-objetos, encontram muita luta e resistência. As mulheres são protagonistas de muitas delas. O poder público tem que abrir processos de negociação com a participação ativa das comunidades e das mulheres, sem constrangimentos ou cooptação. As mulheres têm propostas alternativas para a economia, a infra-estrutura e os serviços de suas regiões e estas têm que ser consideradas e implementadas.

## Comunicação

Os meios de comunicação comerciais (rádio, televisão e jornais de ampla cobertura) são controlados por umas poucas famílias e apesar de se dizerem neutros e objetivos, difundem uma ideologia para manter as coisas como estão. As mulheres não aparecem nos noticiários como protagonistas e com voz própria, quase nunca são entrevistadas em assuntos de economia e de política. Nas propagandas são consumidas como mães vendendo margarina ou como corpos sensuais vendendo carros e aparelhos de barbear. As lutadoras, mulheres nas manifestações, são apresentadas como loucas, mal amadas ou como imagens bonitas e sem conteúdo.

Nosso desafio é democratizar os meios de comunicação e libertar a cultura de uma lógica industrial. Incentivar a produção de conteúdos e difundi-los nas rádios comunitárias, blogs, músicas, grafites, com intervenções nas ruas, nas redes e nos roçados. E nunca reproduzir uma ideologia machista nos nossos meios: por exemplo, devemos chamar a mulher pelo nome e não como a esposa de alguém, ela deve apresentar a experiência que desenvolve, etc. Mas também, incentivar que as mulheres escrevam, falem, produzam.

O trabalho conjunto das comunicadoras e comunicadores das organizações aqui no ENA é um bom caminho para aprender e intercambiar numa prática agroecológica de construção e difusão do conhecimento em que a comunicação não é só um instrumento, mas uma aposta estratégica.

## Acesso e gestão das águas

Em nossa sociedade as mulheres são responsáveis pela água para consumo doméstico. Se elas caminham longas distâncias para encontrar água ou se ficam muitas horas na fila do caminhão pipa isto não aparece como um problema, mas apenas como parte de seu papel de mães.

Este trabalho que realizam é feito em um contexto de acesso muito desigual e cada vez mais difícil. Uma pessoa que vive nos Estados Unidos consome 600 litros de água por dia, enquanto que uma que vive na África consome 50; muitos açudes foram construídos em terra de fazendeiros que os cercam e impedem o acesso. A situação piora porque a água é sugada e contaminada pelas monoculturas, pelas mineradoras e empresas transnacionais que engarrafam água para vender.

Em todo o mundo as comunidades resistem à privatização da água e sua contaminação: as mulheres participam ativamente de todas estas lutas. Elas também protagonizam experiências de gestão da água feitas pelas comunidades: seja a construção de cisternas no nordeste brasileiro ou os comitês de água nos bairros populares da Venezuela.

O abastecimento, gestão e proteção da água para produção e consumo têm que ser planejados em conjunto, com a participação das mulheres e com o objetivo de diminuir sua sobrecarga. Por isto consideramos que nem a água e nem o trabalho das mulheres são recursos inesgotáveis: a água é um bem comum e não uma mercadoria.

## Sem feminismo não há agroecologia!

A agroecologia que estamos construindo vai muito além das práticas de manejo da agricultura, bosques e da criação de animais. Ela pressupõe outra relação entre as pessoas e a natureza que não veja a natureza como um recurso inesgotável explorado pelo homem, mas como um manejo respeitoso que permita a todas e todos viver bem. Outra relação entre as pessoas também é condição para a agroecologia. Ninguém imagina trabalho escravo numa produção agroecológica. O respeito entre as pessoas, a consideração sobre seus conhecimentos, habilidades e o intercâmbio de experiências entre iguais: tudo isto é parte da agroecologia.

As mulheres em nossa sociedade muitas vezes não são consideradas iguais, ou seja, que merecem igual respeito e consideração e que elas podem ter seus próprios desejos e torná-los realidade. Esta injustiça destrói não só a vida das mulheres, mas de suas comunidades. Quantas plantas domesticadas pelas mulheres nos quintais se perdem quando os quintais são suprimidos pela monocultura da cana ou da soja? Quanto conhecimento na coleta e manejo de plantas medicinais se perde quando as mulheres não podem caminhar livremente pelos bosques e florestas com medo da violência?

O feminismo é a ideia radical de que as mulheres são gente! Da história de luta das mulheres por igualdade aprendemos que é fundamental elas terem acesso a terra e decidirem como manejá-la, terem acesso a sementes, água e condições de produzir, e também comercializar e decidir sobre como o dinheiro será utilizado. A monocultura, a “revolução verde” expulsam as mulheres do campo. A agroecologia reconhece que elas são agricultoras, que coletam e manejam a natureza, que elas, sozinhas ou em grupos produtivos, desenvolvem experiências que devem ser valorizadas, apoiadas e expandidas. O campo agroecológico se amplia para incluir questões assumidas majoritariamente pelas mulheres: agricultura urbana, processamento de alimentos, e para se opor a tudo que impede as mulheres de viver com liberdade como preconceitos sobre a sexualidade e a violência contra as mulheres.

Portanto, não há como construirmos uma agroecologia crítica e transformadora que prima por uma visão ética de justiça social e ambiental sem assumirmos também a luta feminista. É por isso, que afirmamos no III ENA o seguinte lema:

**SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA**

Esta é uma publicação do GT Mulheres da ANA

Secretaria do GT Mulheres: Beth Cardoso (CTA/ZM) [beth@ctazm.org.br](mailto:beth@ctazm.org.br);

Vanessa Schottz (FASE) [vanessaschottz32@gmail.com](mailto:vanessaschottz32@gmail.com)

Elaboração: Elisabeth Cardoso, Miriam Nobre, Nívia Silva, Sara Pimenta, Vanessa Schottz  
Brasil, maio de 2014.

APOIO:

